

## **Nota técnica**

### Ponto 2.9 do POCAL, relativo ao controlo interno

No contexto atual de transição dos órgãos autárquicos, relembramos que o ponto 2.9 do POCAL não está revogado e contém diretrizes importantes, das quais se destacam:

- O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na presença daquele ou seu substituto, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelos responsáveis designados para o efeito, nas seguintes situações:
  - a) Trimestralmente e sem prévio aviso;
  - b) No encerramento das contas de cada exercício económico;
  - c) No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu, no caso de aquele ter sido dissolvido; (ponto 2.9.10.1.9)
  
- São lavrados termos da contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo presidente do órgão executivo, pelo dirigente para o efeito designado e pelo tesoureiro, nos casos referidos na alínea c) do número anterior, e ainda pelo tesoureiro cessante, nos casos referidos na alínea d) do mesmo número; (ponto 2.9.10.10)
  
- Para efeitos de controlo dos fundos de maneiio o órgão executivo deve aprovar um regulamento que estabeleça a sua constituição e regularização, devendo definir a natureza da despesa a pagar pelo fundo, bem como o seu limite máximo, e ainda:
  - a) A afectação, segundo a sua natureza, das correspondentes rubricas da classificação económica;
  - b) A sua reconstituição mensal contra a entrega dos documentos justificativos das despesas;
  - c) A sua reposição até 31 de Dezembro; (ponto 2.9.10.1.11)